



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA**  
**ATA N.º 3 DE 27/12/2021**

No dia 27 de Dezembro de 2021, reuniu, pelas 20:30 horas, no Auditório Municipal de Castelo de Paiva em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

**Período Antes da Ordem do dia**

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da eleição da Mesa da AM de 16 de outubro.
3. Votação da ata da reunião extraordinária de 26 de novembro.
4. Assuntos gerais de interesse municipal.
5. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

**Período de Intervenção do Público**

6. Intervenção do Público

**Período da Ordem do dia**

7. Apreciação e deliberação sobre Imposto Municipal sobre Imóveis – ano 2022.
8. Apreciação e deliberação sobre Participação do Município no IRS – ano 2022.
9. Apreciação e deliberação sobre Tabela de Taxas – ano 2022.
10. Apreciação e deliberação sobre Orçamento, GOP, Plano Anual de Recrutamento e Mapa de Pessoal para o ano 2022.
  - 10.1. Deliberação Orçamento 2022.
  - 10.2. Deliberação GOP 2022.
  - 10.3. Deliberação Plano Anual de Recrutamento e Mapa de Pessoal para 2022.
11. Apreciação dos Compromissos Plurianuais – 2.º e 3.º Trimestre de 2021.
12. Apreciação e deliberação do Relatório de Execução Orçamental – 2.º Trimestre de 2021.
13. Apreciação de proposta de atribuição de Suplemento de Penosidade e Insalubridade.



14. Apreciação e deliberação sobre Regimento da Assembleia Municipal.
15. Eleição dos representantes da AM na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.
16. Eleição dos representantes - Equipa para a Igualdade da Vida Local.
17. Apreciação e deliberação de recomendação à CM - Parque das Tílias e espaços adjacentes.
18. Apreciação e deliberação sobre Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

#### **Período de Intervenção do Público**

19. Intervenção do Público.

#### **Mesa:**

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro Secretário: António Pedro Maldonado Martins de Carvalho

Segunda Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

#### **Membros Eleitos presentes na sessão:**

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSPD);
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);
- António Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSPD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSPD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSPD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- António Luis da Costa Esteves (GMPSPD);
- Sílvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);
- Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSPD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);
- Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);



- Manuel José Soares Marçal (GMPSPD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- Inês Duarte da Silva Martins (GMPSPD);
- José Vieira Gonçalves (GMPS).

**Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:**

- António da Costa e Cunha (GMPSPD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);
- Ricardo Jorge Mendes Cardoso (GMPS);
- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPSPD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSPD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).

**Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:**

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José Manuel Moreira de Carvalho, José António Santos Vilela, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho, Liliana Catarina Martins Vieira.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 20:35 horas.

**Período Antes da Ordem do dia**

**1. Informações gerais e expediente.**

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para propor o seguinte voto de pesar pelo falecimento, em Novembro último, do ex. autarca do PSD, Manuel Freitas de Azevedo, membro da Assembleia Municipal entre 1976 e 1981:

“- Como membro deste órgão, apresento a esta Assembleia a proposta de um voto de pesar pelo falecimento de MANUEL FREITAS DE AZEVEDO:

Manuel Azevedo, natural de Santa Maria de Sardoura e com casa no lugar de Guivães, dedicou grande parte da sua vida à informação médica. Como empreendedor desenvolveu, no início da década de 90 um dos maiores loteamentos que a freguesia possui e que permitiu a fixação de população na sua freguesia natal.



Fls. \_\_\_\_\_

No período logo pós o 25 de Abril de 1974, teve uma participação política muito ativa, tendo sido membro destacado desta Assembleia, no mandato 1979-1982, ocupando o terceiro lugar da lista do PPD/PSD, em representação da freguesia de Sardoura. Na época os mandatos eram de três anos. Manuel Azevedo faleceu no passado mês de Novembro.”

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dar nota de um pedido de agendamento de um ponto por parte da “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva” que foi indeferido, porque aquela Associação não tem competência para sugerir a inclusão de pontos na Assembleia Municipal. Disse que o mesmo pedido, que vai ser hoje apreciado, foi posteriormente apresentado pelo membro do GMPS, José António Rocha.

Sobre uma comunicação da “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva” relativa à adega da “Casa da Boavista”, que citou: “Face ao sucedido na adega da “Casa da Boavista”, passamos a transcrever o que pensamos ser a atitude mais avisada, face à eminência da remoção dos escombros e trabalhos de recuperação. Temos a convicção da existência entre os escombros de alguns valores de arqueologia, história natural e etnografia, por isso apelamos a que os trabalhos de remoção tenham o acompanhamento de arqueólogo, técnico de património ou alguém da “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva”, disse que tomou conhecimento e que, sendo uma questão mais executiva, a remeteu ao executivo municipal.

De seguida, colocou à votação o voto de pesar proposto pelo membro Paulo Teixeira pelo falecimento do Sr. Manuel Freitas de Azevedo, que foi aprovado por unanimidade.

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

***2. Votação da ata da eleição da Mesa da AM de 16 de outubro.***

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade pelos membros presentes na dita reunião.

***3. Votação da ata da reunião extraordinária de 26 de novembro.***



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade pelos membros presentes na dita reunião.

**4. Assuntos gerais de interesse municipal.**

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dar os parabéns à Câmara Municipal pela animação de Natal que organizou.

Deu nota da urgência em resolver o problema da falta de passadeiras para peões no Largo do Conde.

Chamou à atenção para a necessidade dos serviços municipais irem levantando as árvores de Natal colocadas no Largo do Conde que forem caindo, conforme ele próprio já o fez.

O membro Giselda Neves (GMPS) usou da palavra para dar nota da extensa ordem de trabalhos da sessão de hoje. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da AM, disse que temos de começar a aprender, uma vez que no passado criticávamos tanto as extensas ordens de trabalhos que não permitiam que se discutissem as coisas em condições, e hoje têm uma lista imensa de assuntos a debater.

Manifestou o seu agrado pela iluminação de Natal colocada na vila de Sobrado.

Deixou uma palavra de apreço às instituições que participaram na iniciativa “Parque de Árvores.

Felicitou a “ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva” e a Câmara Municipal pela iniciativa de recolha de brinquedos junto da pista de gelo. Disse que foram recolhidos brinquedos de muito valor que foram distribuídos pelas crianças do concelho.

Sugeriu que a Comissão Municipal de Trânsito se debruçasse sobre o horário de funcionamento dos parómetros, designadamente, dos que estão situados no Largo Joaquim Quintas, de modo a reduzir esse horário até às 18 horas.

O membro Manuel Marçal (gm-psd) usou da palavra para dar os parabéns e endereçar um sentimento de gratidão à “Associação Desportiva e Cultural de Bairros” pelo desempenho que tem tido na II Divisão Nacional de Futsal.



Fls. \_\_\_\_\_

O membro Ângelo Soares (GMPS) usou da palavra para questionar quando é que será possível concluir a obra na Serrinha com a colocação do piso e o prolongamento do “rail” de protecção.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que o “PDM – Plano Director Municipal” aprovado na reunião da AM de 29.12.2020, mostrou-nos que o parecer final da “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte” foi condicionado à incorporação no conteúdo documental de uma Carta Educativa atualizada”. Disse que naquele dia a Carta Educativa não estava atualizada, aliás não foi por acaso que o actual Presidente da AM, na altura membro deste órgão, questionou o Executivo de então se o documento fazia parte integrante do “PDM – Plano Director Municipal”.

Deu nota que a Carta Educativa aprovada em sede de reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, no mandato 2001-2005, e homologada em 2006, tem, de acordo com o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, ser revista de 5 em 5 anos, com os procedimentos previstos no artigo 20.º do referido Decreto-Lei.

Salientou que o encerramento entretanto ocorrido de alguns estabelecimentos educativos, o projeto em curso de remodelação da EB 2/3 de Sobrado, a evolução demográfica negativa da Escola EB 2/3 do Couto Mineiro, a redução demográfica no concelho apresentada nos últimos números do “INE – Instituto Nacional de Estatística”, fazem com que seja urgente a revisão deste documento.

Defendeu que os responsáveis autárquicos, incluindo aqui Câmara, Assembleia Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia, os Agrupamentos de Escolas do concelho, o Conselho Municipal de Educação, e toda a comunidade educativa devem, todos juntos, iniciar uma reflexão no concelho sobre o futuro do sector educativo em Castelo de Paiva, e nada melhor do que se aproveitar a revisão da Carta Educativa para o efeito. Concluiu este assunto, deixando um repto a este órgão e ao Sr. Presidente da AM de liderar este processo.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

De seguida, deu nota que na sessão da AM de 26 de Novembro de 2021, perguntou, e citou se “no âmbito do registo de ónus que foi rejeitado pela Conservatória do Registo Predial de Castelo de Paiva houve algum envolvimento externo, algum parecer jurídico, porque se o houve, a situação ainda poderá ser mais complicada relativamente ao que disse anteriormente”.

Disse que na AM de 30.7.2021, foi referido pelo então Presidente da AM, que o registo de ónus da Quinta do Outeirinho já teria sido efetuado pelo Município, sendo que, a apresentação do registo de ónus é datada de 21 de Julho de 2021; o despacho de recusa da Conservadora é de 29.7.2021, e entra no Gabinete do Sr. Presidente da Câmara no dia 30.7.2021; o despacho do Sr. Presidente da Câmara para o Gabinete Jurídico é a 9.8.2021.

Ora, disse, que no dia 2 de julho de 2021, uma Sexta-Feira, o então Sr. Presidente da Câmara faz um ofício, sem morada do destinatário o que pressupõe ter sido levado em mão, destinado a um consultor do escritório da sociedade de advogados, do qual o anterior Presidente da AM é sócio.

Informou que nesse ofício, solicita com urgência, a emissão de um parecer sobre, e citou “a viabilidade jurídica de se intentar com urgência uma ação judicial para responsabilizar os usufrutuários e reclamar a posse dos bens e consequente extinção do usufruto”. Disse que esse parecer, que salvo melhor opinião não o é, pois não faz alusão a doutrina ou jurisprudência sobre o assunto em análise, é constituído por 15 páginas, é datado de 5.7.2021, uma Segunda-Feira, e é assim feito por isso, em menos de três dias, concluindo-se desse modo que alguém durante o fim-de-semana levou o ofício em mão ao Porto e trouxe o parecer em mão na Segunda-Feira.

Referiu que há também um outro erro no ano inscrito no parecer, é datado de 5.7.2020, mas este erro é compreensível, até porque o conteúdo do documento fala em factos ocorridos em 2021, e o próprio ofício do Dr. Gonçalo Rocha a solicitar o parecer é de 2021, e o mesmo foi feito durante um fim-de-semana, em dias aparentemente mais tranquilos.

Salientou que não deixa de ser estranho que a Câmara Municipal tenha um advogado, há anos, para tratar os assuntos do testamento, e não só, quando se constituiu assistente no processo do furto dos móveis (salvo erro em finais



Fls. \_\_\_\_\_

de 2020, ou início de 2021) ao que apurou, o Dr. Gomes Ferreira; apurou também este não terá sido ouvido nem achado neste pedido de parecer, advogado esse que já em 5.4.2010 tinha emitido um parecer relacionado com conteúdos do Testamento a solicitação do Dr. Gonçalo Rocha.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara quanto é que custou o parecer do Dr. Gil Moreira dos Santos, que segundo o site do escritório do Dr. Gouveia Coelho, trata-se de um “reputadíssimo magistrado judicial que o foi, advogado que o é desde 1977, licenciado em direito desde 1962, professor universitário e, desde 2019, advogado consultor da sociedade de advogados” onde o anterior presidente da Assembleia é sócio e onde já era sócio quando foi solicitado parecer a 2.7.2021; se este parecer já foi pago; se houve uma proposta de honorários previamente enviada à Câmara Municipal, pois parte do princípio que a autarquia não ia adjudicar nada sem saber quanto iria custar; gostava de ter acesso ao procedimento contabilístico e ao cabimento orçamental que deu origem à solicitação deste parecer (já um requerimento ao Sr. Presidente da AM, mas segundo o Sr. Presidente da câmara, só após 10.1.2022 poderá ser possível consultar o mesmo, devido às regras pandémicas em vigor); considerando a urgência que o Dr. Gonçalo Rocha tinha neste parecer, porque é que o mesmo nunca foi referido na AM (é já a terceira AM desde a emissão do mesmo); porque razão o mesmo foi ocultado à AM? Concluiu este assunto referindo que é muito estranho, e que na época em que este documento sob a forma de parecer foi emitido, estando nós em período de pré campanha eleitoral, se o mesmo tivesse sido tornado público, poderia ter condicionado, ou não, as propostas apresentadas pelos partidos e pelos movimentos independentes.

Referindo-se à requalificação da Ponte Velha de Pedorido, disse que antes de 2009, e face aos estudos então efetuados, o PSD defendia o uso pedonal, sendo que, os autarcas do PS na altura revoltaram-se e realizaram assembleias de freguesia extraordinárias para o efeito. Disse que a obra está em fase final de execução e a empreitada vai tornar a ponte só para uso pedonal, tendo perguntado se atual executivo municipal mantém esta situação, ou pretende que o uso automóvel seja também permitido?



Referindo-se também ao edifício “Marmoiral”, deu nota de uma certidão que permitiu licenciar a obra que tem a assinatura errada (deu uma cópia ao Sr. Presidente da AM para distribuição pelos líderes de cada partido e movimento de cidadão).

Disse que a licença foi emitida para acabamentos, no âmbito do artigo 88.º, do RJUE, e não para demolições como aconteceu e está acontecer, pelo que, gostava de saber onde estão a ser colocadas as toneladas largas de entulho proveniente daquelas demolições, e se a Câmara Municipal está a acompanhar esse processo?

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho (GMPSD), usou da palavra para dizer que faz hoje quatro anos que fez a sua primeira intervenção numa Assembleia Municipal. Referiu que ia dizer agora o que disse na altura: a sua camisola será sempre a da sua freguesia e as suas pessoas, e não qualquer interesse partidário ou pessoal.

Informou que passou ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, com conhecimento ao restante executivo municipal, os cerca de quarenta e cinco problemas que tinha passado ao executivo anterior, dos quais 99% não obtiveram resposta, e do 1% que teve nada foi feito. Felicitou e agradeceu a postura do Sr. Vice-Presidente da Câmara relativamente aos problemas que já resolveu, embora poucos, porque o tempo foi pouco; pela visita que fez à freguesia para ver os problemas que lhe encaminhou; pelo ambiente criado junto dos funcionários do armazém com que mais lidam directamente, notando-se que se sentem motivados para atingir o sucesso.

Solicitou uma estimativa de conclusão da obra de Toirões/Quinta da Eira; Rua do Penedo, disse que foi instalada uma conduta nova à qual não foram ligados os contadores, não sabendo se foi colocada à carga, sabendo que existe uma rôta sem pavimentação numa rua inclinada que está a criar muitos problemas a quem tem de lá passar. Perguntou porque é que está assim, e porque é que não foi reposta a pavimentação logo que terminaram as obras. Deu nota que há vários anos que diz que o rio Sardoura não pode ser o esgoto do concelho, sendo que a freguesia de S. Martinho tem vários problemas a este nível, sendo o mais grave o das fossas da Adróia. Disse que na altura,



Fls. \_\_\_\_\_

depois de postar um vídeo sobre ao assunto, foi contactado pelo Dr. Gonçalo Rocha que o informou que estava a tratar do assunto com a empresa “SIMDOURO”, contando ter uma solução até ao final deste ano, tendo perguntado se já existe solução e quando é que o problema fica resolvido. Informou que foram enviadas fotografias e coordenadas de três focos de poluição ao anterior executivo: em baixo do estaleiro da Câmara Municipal; em baixo da “HELAR”; em baixo da “Fisiopaiva”, que desaguam no rio Sardoura na zona do Cabril, esperando que o executivo municipal trate todas as Juntas de Freguesia por igual como parece que está a acontecer.

Deu nota que em relação às Assembleias, e tendo em conta o número de candidaturas existentes, tinha a expectativa que pelo menos os cabeças de lista às freguesias e os “papagaios” das redes sociais participassem nas Assembleias para terem conhecimento real das freguesias pelas quais foram candidatos.

Felicitou o executivo municipal por ter marcado presença na Assembleia de Freguesia de S. Martinho de Sardoura, referindo que os membros da AM também o devem fazer para perceberem o que se passa nas freguesias.

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que a escassos dias das últimas eleições autárquicas, uma empresa com sede em Cinfães reclamou da Câmara Municipal o pagamento de 301.000,00 pela alegada ocupação de duas parcelas de terreno. Disse que o assunto já foi discutido em reunião de Câmara, insinuando-se que o PS nada tinha a dizer sobre esta matéria, que haveria algum engulho a abordar este assunto, sendo por isso que está a intervir em nome do PS, para dizer que isso é uma mera atoarda, devendo prevalecer nesta matéria, como noutras, o interesse público.

Salientou que há coisas estranhas a que a Câmara Municipal deve ser sensível: a alegada ocupação ocorreu há cerca de 31 anos, pelo que se isso é verdade, impõe-se que o executivo municipal tenha isso em consideração como o teve o anterior; é estranho que, entretanto, uma das parcelas tenha passado por quatro proprietários, e no decurso desse tempo jamais reclamaram o que quer que fosse, algo que também deve ser tido em consideração. Questionou



*Li*  
*Uts*  
*Andrad*

se ao longo dos últimos 12 anos efectivamente houvesse alguma intenção de proceder ao pagamento, já não o teriam feito.

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara disse que vai questionar os serviços municipais sobre se houve a alegada ocupação: se os serviços municipais são idóneos relativamente a esta matéria, perguntou se há alguma razão para a qual os serviços não tenham sido confrontados com a outra questão se saber qual é o valor do metro quadrado que pode valer; porquê dizer-se que se vai recorrer a um perito externo?

Disse que nosso concelho se caracteriza pela sua ruralidade, havendo a necessidade de alargar caminhos, criar novos acessos, colocando questões aos proprietários no sentido de colaborarem com o Município na cedência de terrenos para a construção de vias dignas (a maioria das pessoas até colabora).

Salientou que a questão relativa àquela empresa é uma questão à parte: colabora quem quer.

Deu nota que no primeiro mandato do Dr. Paulo Teixeira como Presidente da Câmara, presenciou um pedido feito a um proprietário no sentido da cedência ao domínio público de “x” metros para o alargamento de um caminho. Disse que o proprietário concordou, mas colocou como condição o levantamento do respectivo muro de suporte das terras, tendo passado todos estes anos sem que o muro tivesse sido feito. Disse que como este exemplo há muitos outros, há pessoas que estão desapontadas com a Câmara Municipal e até com Presidentes de Junta, pelo que a autarquia tem de ser uma pessoa de bem e honrar os seus compromissos, formalizando no papel, com plantas, a vontade das partes.

O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para fazer um reparo ao dia e hora agendados para a presente sessão face à extensa ordem de trabalhos e à tecnicidade e importância dos assuntos agendados. Disse que para quem se candidatou a dizer que queria dignificar a AM, acha que esta convocatória para a data e hora em causa deixa essa convicção ficar aquém das expectativas criadas.



Fls. \_\_\_\_\_

Perguntou se nas reuniões da Conferência de Líderes de preparação das Assembleias Municipais a votação é representativa dos GM ou se vota individualmente, porque em situações muito semelhantes foram tidos em consideração procedimentos diferentes nas duas últimas reuniões.

Felicitou a Câmara Municipal pela iluminação de Natal.

Disse que em relação às actividades de Natal, tendo em conta a subida de casos de infecção no país causados pelo vírus “SARS-COV-2”, que no caso do concelho serão 89 casos (pode estar enganado, mas nunca se terá atingido um número tão elevado nos últimos dois anos), questionava que o executivo municipal não estaria a ser incongruente ao ter medidas restritivas para contenção da pandemia, e ao mesmo tempo estarem a promover “festas e festas” que aglomeram pessoas e dessa forma contribuir para a propagação do vírus.

Agradeceu ao Sr. Vice-Presidente da Câmara a rápida resolução de uma avaria no abastecimento de água ocorrida junto à casa dos seus pais.

Informou que a antiga empresa “Paivopan” deixou de ser propriedade do “Grupo Sonae” e tem novo dono. Saudou o facto de os novos proprietários quererem manter os postos de trabalho, tendo perguntado se o executivo municipal ou a Junta de Freguesia reuniu com os anteriores ou novos proprietários.

Deu nota que se fala na praça pública que os novos proprietários terão a intenção de deslocar a fábrica para outro local, preferencialmente não muito distante do existente, tendo perguntado se isso é verdade, e se sim, se há algum local em vista para tal.

Saudou o avanço do estudo de impacto ambiental para a conclusão da “Variante à EN 222-1”, o que constitui mais um passo para a construção desta via.

O membro Carlos Trindade (GMPD) usou da palavra para dizer que concorda com o que foi dito pelo membro Rocha Pereira relativamente aos protocolos de cedência de terrenos pelos particulares ao Município, mas que não poderá deixar de dizer que embora estejam protocolados por escrito, que têm



sido sucessivos os incumprimentos por parte da Câmara Municipal, nomeadamente, pelo anterior executivo, sendo de lamentar que a autarquia tenha defraudado as expectativas do particular ao não cumprir.

Deu os parabéns à Câmara Municipal por, em tempo de pandemia, ter estabelecido uma parceria com as farmácias do concelho e com a “Unilabs” para possibilitar a testagem dos munícipes em tempo útil.

Felicitou o Sr. Presidente da Câmara por se ter deslocado às escolas para entregar os presentes de Natal à nossas crianças.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para manifestar a sua preocupação pela segurança dos peões que utilizam a Rua Direita. Perguntou se a Câmara Municipal já sabe como é que vai acautelar a segurança dos peões, porque ainda há pessoas que pensam que a via é pedonal. Disse que o camião dos CTT também circula por aquela rua sem que a altura das lajes seja apropriada para o efeito.

Deu nota que foi colocada uma passadeira na Rua Emídio Navarro, junto às Alminhas, mas que seria mais útil que fosse colocada outra passadeira na parte em que termina a Rua D. João Pinto Ribeiro e se inicia a Rua Mário Sacramento, e outra no final da Travessa do Mineiro.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se já foi resolvido o impasse relativo às contraordenações leves. Deu nota que a “GNR – Guarda Nacional Republicana” informou que os autos são lavrados e ficam parados, porque não sabe se os tem de encaminhar para a “ANSR” ou para a Câmara Municipal. Louvou a recolha dos “ecopontos”, mas que na parte do lixo indiferenciado as pessoas não querem levantar a tampa dos moloques e colocam os sacos de lixo no seu exterior, quando ainda há espaço no interior, devendo-se encontrar uma solução para este problema. Disse que também são colocados sacos de lixo fora dos locais próprios que depois são rebentados pelos animais. Concluiu, perguntando se é possível a colocação de pilhões junto aos ecopontos?

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que tomou nota do repto do membro Paulo Teixeira para que liderasse o projecto de revisão da Carta



Fls. \_\_\_\_\_

Educativa, mas que isso está fora das competências da Assembleia Municipal e do seu Presidente.

Referindo-se à intervenção do membro Manuel Mendes, na parte relativa à hora e data da presente sessão, disse que irá colocar a questão à consideração da Conferência de Lideres na sua próxima reunião.

Quanto à questão da votação, esclareceu que na primeira reunião da Conferência de Lideres foi claramente referido que cada um representa os membros do GM lá representados, sendo que o do GMPD representa esse grupo menos três, uma vez que quer ele, quer o primeiro secretário e segunda secretária também votam, não podendo haver excesso de representação. Disse que a Conferência de Lideres representa 27 membros, pelo que cada líder tem o número de votos equivalentes àqueles que representam.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para agradecer as palavras de felicitação que foram dirigidas à Câmara Municipal pela iluminação de Natal.

Relativamente à falta de passadeiras no Largo do Conde, informou que o executivo municipal vai optar pela colocação de sinalética de zona residencial ou de coexistência. Disse que este sinal assinala aos automobilistas que aquela é uma zona mista de peões e automobilistas.

Relativamente às árvores que estão derrubadas, explicou que algumas têm pouco peso, sendo normal que algumas vão caindo, tendo agradecido ao membro Jorge Quintas o facto de as ter recolocado no lugar.

Em relação ao horário de funcionamento dos parquímetros instalados no Largo Joaquim Quintas, esclareceu que irá ocorrer uma reunião da Comissão Municipal de Trânsito na qual será reformulada a colocação dos parquímetros, e onde será apresentada uma proposta de alteração da localização dos lugares de estacionamento dos procuradores e funcionários do tribunal, para promover lugares de estacionamento para os estabelecimentos comerciais ali localizados.

Associou-se às felicitações anteriormente dirigidas à “Associação Desportiva e Cultural de Bairros”.



Relativamente à obra na Rua da Serrinha, respondeu que para já foi construído o muro, e que no próximo ano será colocada a pavimentação e os rails de protecção.

Informou que o telhado do Auditório Municipal será reparado durante o próximo ano.

Sobre a revisão da Carta Educativa, disse que é uma prioridade do executivo municipal, será revista em 2022, pelo que a Vereadora Liliana Vieira já efectuou uma visita às escolas para se inteirar do seu estado e para fazer o levantamento das necessidades.

Informou que o parecer jurídico elaborado pelo Dr. Gil Moreira dos Santos custou 2.000,00 e ainda não foi pago.

Esclareceu que o executivo municipal vai dar continuidade ao procedimento iniciado pelo anterior executivo para a requalificação da Ponte Centenária de Pedorido, isto é, a ponte será pedonal.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva, explicou que quanto a Toirões, Quinta da Eira e Penedo, que o empreiteiro vai fazer as pavimentações no início do próximo ano.

Em relação às fossas da Adroia, (Castelo de Paiva está num dos últimos lugares a nível de cobertura de saneamento) disse que as questões ambientais são uma preocupação no nosso concelho e uma situação a reverter, sendo que o compromisso assumido pelo anterior Presidente da Câmara não lhe foi dado a conhecer. Disse que já tem agendada uma reunião com a empresa "Simdouro" para analisar os problemas da freguesia de S. Martinho e das restantes freguesias.

Relativamente à intervenção do membro Rocha Pereira, respondeu que nunca ninguém acusou o PS de querer ou não querer pagar, até porque a notificação avulsa chegou ao Município no dia 29 de Setembro, pelo que não sabe quais eram as intenções do anterior executivo. Disse que a Rua Luis Aranha é pública, ponto, e terá de ser a última instância de um tribunal a dizer que não o é para que pondere pagar uma indemnização a quem quer que seja.



Fls. \_\_\_\_\_

Explicou que a parcela com 112 metros refere-se a uma obra de alargamento numa via em frente a um posto de combustível: a Rota do Românico confirmou; o anterior Presidente da Câmara deu-lhe conta que ocupou o terreno em 2015; os serviços municipais confirmam que houve ocupação. Disse que a Câmara Municipal tem de ser uma entidade de bem, pelo que, não tendo técnicos que possam fazer uma avaliação dos terrenos, o executivo municipal irá fazer o que fazia o anterior executivo, ou seja, chamar um avaliador externo para avaliar o terreno, e só posteriormente é que irão falar com o proprietário do terreno ocupado. Referiu que se o proprietário aceitar o valor que lhe for proposto, muito bem, se não aceitar, terá que ir pelas vias normais, não achando normal que passados sete anos ainda se ande a discutir o valor daquela faixa de terreno e respectivo pagamento.

Concluiu este assunto, referindo que o membro Rocha Pereira tinha razão ao dizer que a Câmara Municipal tem de ser uma entidade de bem e cumprir os seus compromissos, para não defraudar os particulares.

Quanto à intervenção do Membro Manuel Mendes, explicou que as actividades de Natal organizadas pela Câmara Municipal foram todas autorizadas pela Autoridade de Saúde. Disse que ao dia de hoje contam-se 89 infectados no concelho pelo vírus “SARS-COV-2”, enquanto há um ano atrás estavam cerca de 380 pessoas. Salientou que o executivo municipal quis dar uma luz de esperança aos Paivenses e a quem nos visita com o aval da Autoridade de Saúde.

Sobre a antiga empresa “Paivopan”, vendida pelo “Grupo Sonae” à “Descopan”, esclareceu que há a vontade dos actuais proprietários em manter a empresa em Castelo de Paiva no mesmo local, tendo apenas de se fazer uma pequena alteração/ajustamento ao nível do “PDM – Plano Director Municipal” (serviços municipais já estão a tratar), pois a vontade da “Descopan” é a de aumentar o número de funcionários, o que é uma mais-valia para o concelho. Disse que têm de fazer tudo para conseguir que esta empresa continue a laborar em Castelo de Paiva, e que outras vejam na Câmara Municipal um parceiro para a fixação de emprego que tanta falta faz ao nosso concelho.



Informou que o parecer da “APA – Agência Portuguesa do Ambiente” relativo ao estudo de impacto ambiental para a conclusão da Variante à EN 222-1 é favorável, esperando que este seja o ponto de partida para o início da sua construção.

Relativamente à intervenção do membro Carlos Trindade, disse que o garantir da testagem aos Paivenses com o acordo feito com as farmácias do concelho e com a “Unilabs”, constitui um grande esforço para o executivo municipal, esperando que esse esforço constitua uma mais-valia.

Disse que a visita que fez às escolas foi muito gratificante, foi uma iniciativa positiva com muito significado para as crianças e para as famílias.

Referindo-se à intervenção do membro Fátima Strecht, informou que vão ser colocadas barreiras físicas na Rua Direita a delimitar a circulação de veículos e peões. Disse que o piso da rua não está preparado para a circulação de veículos pesados, mas que sendo uma via de sentido único, após a entrada para os “CTT”, quer os veículos dos “CTT”, quer os que fazem a distribuição de mercadorias para o comércio e restauração têm de fazer aquele percurso. Quanto às passadeiras na Rua Emídio Navarro e na Travessa do Mineiro, disse que o tema será discutido na Comissão Municipal de Trânsito.

Esclareceu que as contraordenações leves passaram para a Câmara Municipal, mas que a nossa autarquia ainda não teve oportunidade de operacionalizar esta matéria, pelo que fá-lo-á logo que tenham os procedimentos implementados.

Em relação à deposição do lixo, disse que todos assistem a situações menos boas, tendo de se responsabilizar mais as pessoas. Disse que vai ver com a “Ambisousa” a questão relativa à colocação de mais pilhões.

Concluiu a sua intervenção, esclarecendo que o entulho que está a ser retirado da obra no edifício “Marmoiral” terá de ser depositado pelo empreiteiro numa central de recolha. Disse que o empreiteiro estará a fazer o depósito nesses locais de recolha.

**5. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.**



Fls. \_\_\_\_\_

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para dizer que o Sr. Presidente da Câmara referiu numa reunião de Câmara realizada no início de Novembro, que reuniu com um dos usufrutuários e que fez uma visita à Casa/Quinta da Boavista, e que essa informação não consta da informação agora enviada.

De seguida, deu as seguintes notas relativas ao mapa dos encargos assumidos e não pagos que totalizam mais de 800.000,00:

- Na página 8, serviços jurídicos no âmbito do Inquérito 116/20.379CPV, efectuado pela Sociedade de advogados Brochado Coelho. Disse que a factura tem a data de 2.11.2021, 16 dias depois do actual executivo ter iniciado funções, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara se sabia dizer a que diz respeito?

- Na página 12, classificação orçamental 0103/010214, um parecer jurídico elaborado pelo Dr. Gil Moreira dos Santos sobre o testamento do Conde de Castelo de Paiva. Disse que a factura é apresentada ao actual executivo com a data de 9.12.2021, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara qual foi o objectivo deste parecer e se foi ele quem o solicitou, pois a factura tem uma data 53 dias depois do actual executivo ter tomado posse.

- Na página 13, aparece uma dívida de 8.1.2018, e na página 16, uma dívida de 6.3.2019, ambas a dois restaurantes existentes na Vila de Sobrado, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara se conseguia dar uma explicação para estas duas dívidas (uma com quase 4 anos e outra com quase 3 anos)?

Deu nota de uma factura a pagar à “EDP – Electricidade de Portugal” no valor de 996,82 pelo consumo de energia de 17.9.2021 a 1.11.2021, na urbanização de Valverde, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara se sabia dizer a que diz respeito?

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para agradecer à Mesa a partilha de tutoriais sobre as autarquias locais. Perguntou se seria possível indicar no documento da actividade da Câmara Municipal as respectivas datas, porque acha que é uma informação útil.



*[Handwritten signature]*

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dar nota ao membro Jorge Quintas que na próxima sessão da AM a informação da actividade da Câmara Municipal já trará as respectivas datas.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira, respondeu que o atraso no pagamento das facturas relativas aos restaurantes se deve à demora na apresentação das certidões de não dívida às finanças e à segurança social por parte desses fornecedores. Disse que relativamente às facturas da “EDP – Electricidade de Portugal”, que pensa que se devem a acertos de final de ano.

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

#### **Período de Intervenção do Público**

##### **6. Intervenção do Público**

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para propor que mesmo não havendo inscrições para este período de intervenção do público, que se desse a oportunidade de o público presente intervir. Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com a abstenção do membro Fátima Strecht.

A munícipe Isabel Vieira, residente da Rua 25 de Abril, UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dizer que devido às alterações no trânsito em função das obras em curso em várias ruas, esse trânsito foi quase todo desviado para as Ruas 25 de Abril e Emídio Navarro. Perguntou se é possível a colocação de lombas na Rua 25 de Abril, porque os carros circulam com muita velocidade colocando em risco a segurança das pessoas e de animais.

A munícipe Teresa Strecht, moradora na Rua José João Strecht Caldeira Teixeira, usou da palavra para dizer que há muitas viaturas a estacionar na Rua 25 de Outubro, o que torna a circulação um “caos”. Solicitou a colocação de um espelho junto à placa que dá nome à rua.

O munícipe José Teixeira, residente em Paraíso, UF da Raiva, Pedorido e Paraíso, usou da palavra para dizer que como ex. membro da Assembleia Municipal, sempre defendeu a desagregação das freguesias, esperando receber boas notícias em breve a este respeito.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que o aumento do trânsito da Rua 25 de Abril é assinalável, pelo que o Sr. Vice-Presidente vai



Fls. \_\_\_\_\_

colocar lombas plásticas tanto na Rua 25 de Abril, como na Rua Dr. Joaquim Carmo Canhoto junto à antiga escola EB2/3.

Concordou que o estacionamento na rua junto ao Mercado Municipal é um problema.

Referindo-se à intervenção do munícipe José Teixeira, disse que espera que haja desenvolvimentos em breve. Disse que sempre foi favorável à desagregação de freguesias, esperando ter boas notícias no sentido de que o concelho volte a ter as suas nove freguesias.

***Período da Ordem do dia***

***7. Apreciação e deliberação sobre Imposto Municipal sobre Imóveis – ano 2022.***

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pela Vereadora Lili-ana Vieira relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente acta.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade a proposta relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis – ano 2022.

***8. Apreciação e deliberação sobre Participação do Município no IRS – ano 2022.***

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pela Vereadora Lili-ana Vieira relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente acta.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade a proposta relativa à Participação do Município no IRS – ano 2022.

***9. Apreciação e deliberação sobre Tabela de Taxas – ano 2022.***

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pela Vereadora Lili-ana Vieira relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente acta.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade a Tabela de Taxas – ano 2022.

***10. Apreciação e deliberação sobre Orçamento, GOP, Plano Anual de Recrutamento e Mapa de Pessoal para o ano 2022.***



Fls. 21

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que não foi fácil apresentar este Orçamento e Grandes Opções do Plano em cerca de um mês (normalmente haveria um período de seis meses para a apresentação destes documentos), mas que se apresenta um Orçamento dentro das possibilidades da Câmara Municipal, ainda marcado pela pandemia causada pelo vírus “SARS-COV-2”, que será melhorado ano após ano.

Disse que é um Orçamento marcado pelos compromissos anteriormente assumidos e pela necessidade de intervenção imediata num número significativo de equipamentos municipais.

Deu nota que o executivo municipal pretende iniciar uma visão de mudança para Castelo de Paiva, estando focados em iniciar uma visão de mudança para Castelo de Paiva; em construir um novo futuro para o concelho; em trazer para a gestão municipal uma visão empresarial e humanista.

Referiu que o executivo municipal tem a firme convicção de que só com emprego forte e diversificado é possível fixar pessoas no concelho e melhorar a qualidade de vida dos Paivenses, sendo para isso necessário aproximar os serviços públicos das pessoas, daí a aposta na modernização administrativa aliada à transição digital.

Salientou que pretende criar condições de atractividade para novos investidores, desenvolvendo esforços para a criação de novos parques industriais e promovendo a reabilitação dos existentes.

Disse que o saneamento básico tem sido ao longo dos anos um tema que muito preocupa os Paivenses, pelo que o executivo municipal assume que vai criar condições para que o aumento da rede de saneamento básico seja uma realidade, de forma que o concelho não seja um dos piores a nível nacional.

Enfatizou que o Orçamento representa uma aposta nas medidas na área social: a criação do programa “Ver e Sorrir”, de apoio à saúde oral e oftalmológica, com a comparticipação na aquisição de óculos e próteses dentárias às famílias mais carenciadas.

Deu nota da implementação do “Orçamento Participativo”; o projecto “Jovem Autarca”; a “Feira das Profissões”; a criação da “Casa de Emergência



Fls. \_\_\_\_\_

Social”; a implementação do projecto “Paiva Náutico”; a valorização das zonas ribeirinhas; a aposta na política de proximidade com o aumento significativo das transferências para as Juntas de Freguesia; descentralizar e valorizar cada uma das Juntas de Freguesia, tratando-as com equidade e igualdade.

Informou que o executivo municipal solicitou a todos os partidos e movimentos de cidadãos contributos para a elaboração do Orçamento e Grandes Opções do Plano, tendo recebido contributos do PS e do “MPM – Mudar para Melhor – Vitor Quintas” que, dentro das limitações referidas para a elaboração do Orçamento, foram integrados no documento.

O membro José António Rocha (GMPS) usou da palavra para dizer que o Orçamento tem um erro na página 9: a taxa de “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis” é de 0,3% e não 3%.

Disse que a introdução do Orçamento refere-se que um dos objectivos é baixar os impostos aos munícipes, mas ainda há pouco aprovou-se uma proposta que vai contra essa pretensão, ou seja, relativa à cobrança de 5% IRS a favor do Município.

Deu nota que o Sr. Presidente da Câmara disse que teve pouco tempo para fazer o Orçamento, mas teve muito tempo para aprender a fazer um Orçamento (PSD teve pelo menos 24 anos para aprender a fazer um Orçamento), porque no tempo do Presidente Paulo Teixeira houve Orçamentos que atingiram o valor de 30.000.000,00, dos quais nem 30% eram executados. Entretanto, disse, com Gonçalo Rocha, melhorou-se, não o suficiente, e chegou-se a Orçamentos de 20.000.000,00, com o PSD a dizer que era mau, irrealista, e votando contra.

Disse que agora temos um Orçamento de mais de 21.000.000,00, ou seja, superior aos últimos que eram criticados por serem irrealistas, pelo que o PSD teve muito tempo para aprender e ter apresentado um Orçamento mais realista, com uma execução de 70/80%. Referiu que esta situação conduz ao empolamento da despesa, o que obriga à contratação de empréstimos e ao endividamento, conforme aconteceu no tempo do Presidente Paulo Teixeira.



Salientou que isso não quer dizer que há rubricas que não pudessem ser aumentadas, como por exemplo, a “ELH – Estratégia Local de Habitação”, para a qual já há projectos aprovados, designadamente, para o loteamento do Choupelo, com financiamento aprovado que poderá chegar aos 100%, mas que apenas estão previstos 250.000,00 para construção, o que lhe parece pouco, tendo questionado essa opção. Deu nota que na receita está previsto o montante de 1.500.000,00, mas que em termos de despesa só consegue encontrar 1.428.000,00: 250.000,00 para construção; 501.000,00 para aquisição e 667.000,00 para aquisição de terrenos, pelo que, sendo receitas consignadas, há uma diferença de perto de 100.000,00 que não sabe para onde terá ido.

O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que o Orçamento é um tema complexo que exige muitos conhecimentos para o discutir a fundo.

Deu nota que o “MPM – Mudar para Melhor – Vitor Quintas” não está satisfeito com o que lhe foi apresentado, sendo que, no passado, a então Vereadora Vanessa Pereira e o agora Presidente da Câmara criticaram, e bem, os Orçamentos empolados, mas que não fugiram muito disso, ou seja, o executivo municipal está a apresentar um Orçamento de quase 22.000.000,00, quando as receitas ficam muito aquém desse valor, na ordem dos 50%.

Disse que reconhecendo que o tempo que o executivo municipal teve para elaborar o Orçamento foi pouco, a seu ver, pegou no Orçamento anterior e inflacionou-o em algumas rubricas. Disse que as receitas da Câmara Municipal são da ordem dos 11.000.000,00, 50% do valor do Orçamento, a que acresce 1.500.000,00 para a “ELH – Estratégia Local de Habitação”, tendo perguntado onde é que vai buscar quase 6.000.000,00 para equilibrar o Orçamento?

O membro Paulo Teixeira (UCPT) usou da palavra para se referir à “Bienal da Cultura”, dizendo que na reunião de Câmara ouviu a justificação da sua não realização em 2021, e que a próxima edição seria em 2023. Disse que também ouviu um Vereador da oposição referir que havia fundos comunitários associados, tendo perguntado se essa situação foi acautelada para 2023,



Fls. \_\_\_\_\_

isto é, se os valores que não forem utilizados em 2021 poderão ser usados em 2023, ou teremos que submeter a Bienal a uma nova candidatura?

Informou que é público que o concurso para remodelar a escola EB 2/3, e transformar a mesma numa Escola do 1.º Ciclo e Pré-Escolar foi anulado, e que também é público que o executivo municipal também já aprovou o pagamento de uma indemnização ao empreiteiro. Disse que foi feito um acordo entre as partes e a Câmara Municipal vai ter de pagar uma indemnização ao empreiteiro no montante de 2.391,00.

Deu nota que notificação do Tribunal de Contas é de 14 de Outubro e que esta situação é inadmissível, porque o empreiteiro não era desconhecido dos serviços, já tinha ganho a obra do Canil, na Póvoa, e não a acabou, e foi preciso uma empresa de Castelo de Paiva ir concluir a obra. Disse que não é a primeira vez que o empreiteiro trabalha com a Câmara Municipal e que concorre a obras, é por isso recorrente, e que se a responsabilidade é do empreiteiro, como disse o Director do Departamento na reunião de Câmara, questionou porque é que se vai pagar?

Referiu que ao projecto foram retiradas algumas obras do projecto inicial, e que era bom que a Assembleia Municipal tivesse acesso a este dossier e ao projecto que se prevê para aquelas instalações, porque está-se a falar, se calhar, do maior investimento na área educativa a concretizar neste mandato.

Sobre o “PAR – Plano Anual de Recrutamentos” disse que prevê a contratação de sete técnicos superiores; um arquitecto, a Câmara municipal já tem um arquitecto, tendo perguntado qual será o destino do próximo; um engenheiro civil, o preâmbulo diz que só há um, tendo perguntado qual é o ponto de situação dos engenheiros Aires Nery e Adelma Silva, se não são engenheiros, e quais são as funções que desempenham actualmente; um psicólogo, tendo perguntado quantos tem a Câmara Municipal actualmente e como é que está o processo judicial, ao que julga saber, de uma psicóloga contra o Município; um técnico superior jurista, o preâmbulo refere que, e citou “... o município dispõe apenas de um técnico superior licenciado em direito”, mas acha que existem dois; um técnico superior de Turismo, tendo



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

perguntado quais são os objectivos com esta contratação; um técnico superior de contabilidade, tendo perguntado se o Sr. Presidente da Câmara não pondera admitir um licenciado em economia que possa cobrir duas áreas: economia e contabilidade; sete auxiliares de acção educativa, o texto refere, e citou "...carências reportadas pela Dgeste", tendo perguntado quais foram essas carências; três auxiliares de serviços gerais, o texto refere para o polidesportivo municipal, tendo perguntado qual, e para os restantes equipamentos desportivos?

Questionou se o executivo pondera contratar uma bibliotecária para a Biblioteca Municipal, como obriga o "Instituto do Livro e da Biblioteca", entidade que financiou a obra.

Questionou também quem é que tem representado o município nas reuniões da "Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Tâmega e Sousa", criada após a deliberação do Conselho Intermunicipal na reunião de 21 de Maio de 2020, pois segundo informação que obteve seremos o único, ou dos únicos, concelhos do Tâmega e Sousa que não dispõe de Bibliotecária.

Deu nota que a Câmara Municipal pagou este ano 10.611,00 pelos serviços de um Nadador-salvador (pensa ser só um), tendo questionado se tendo a Câmara Municipal a piscina ribeirinha no Castelo e a piscina de aprendizagem em Sobrado, não seria de contratar um Nadador-salvador, até porque tem enquadramento no Mapa de Pessoal.

Disse que o aumento que se regista de 2020 para 2021 não lhe parece muito verosímil, isto porque, em março de 2022, com a transferência do pessoal não docente dos agrupamentos de escolas do concelho, num número se ca-lhar superior a 40, a que acresce os técnicos superiores e os assistentes operacionais, 19, que o executivo municipal pretende contratar, vai fazer disparar o valor das despesas com o pessoal.

Pedi um esclarecimento sobre o disposto na pág. 12 do Relatório do Orçamento, na última linha, que fala em despesas correntes que, e citou "... incorpora despesas com o pessoal ou despesas com a manutenção de instalações".



Fls. \_\_\_\_\_

Sobre o PAM – Plano de Actividades Municipal, disse que pressupunha que o caminho pedestre se referia ao “Payva a pé”, para o qual tem uma dotação de 2.000,00. Disse que sendo um projecto de grande importância para o concelho, pressupõe a necessidade de uma brigada de intervenção permanente para que os mesmos permitam a sua passagem, tendo perguntado o que é que o executivo prevê fazer nesta matéria.

Relativamente ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos, disse que a “Feira das Profissões” inclui uma verba de 2.000,00 para a sua concretização, considerando ser uma boa iniciativa do Município, muito importante para a nossa juventude em idade escolar; o “Centro de Artes e Espectáculos”, com uma dotação de 2.500,00, tendo perguntado de que se trata, onde vai ser construído e o que é que já foi feito neste capítulo.

Referiu que na rubrica “2.5.2 - Construção das piscinas municipais” no PPI – Plano Plurianual de Investimentos, página 11, encontra-se uma rubrica aberta com 5.000,00 para construção da Piscina na Póvoa. Disse que como em 2009 existia um parecer positivo do “Instituto Nacional de Desporto”, e havia um projecto aprovado por unanimidade por todo o executivo municipal da altura, e a Câmara Municipal tem um terreno na Póvoa, para o efeito, questionou o que é que o Sr. Presidente da Câmara pensa fazer em 2022 sobre este assunto, e quando é que perspectiva que esta piscina na Póvoa seja uma realidade.

Deu nota que na página 8 do Relatório do Orçamento fala-se em 1.300.000,00 da venda de bens, tendo perguntado que activos imobiliários tem o executivo municipal de alienar em 2022.

Solicitou a consulta ou ter uma informação detalhada de cada processo judicial indicado no Mapa das Responsabilidades Contingentes 2022.

Concluiu, solicitando os seguintes esclarecimentos relativos ao Mapa de Compromissos Plurianuais: n.º 507, aquisição de serviços de solicitação, com data de 12.7.2021, no valor de 12.491,76; N.º 533, aquisição de serviços de comunicação multimédia, com data de 15.9.2021, no valor de 12.491,76, quando se estava a 11 dias das eleições autárquicas de 2021.



O membro Manuel Mendes (GMPS) usou da palavra para dizer que a previsão do montante de 160.000,00 no Orçamento lhe dá a percepção de que a Câmara Municipal quer privatizar a recolha do lixo, tendo perguntado se isso era verdade.

Sobre os comentários relativos ao Orçamento inflacionado, disse que não fazia mais comentários porque isso era consensual.

Deu nota que a rubrica para a construção da Zona Industrial da Cruz da Carreira tem uma dotação residual 10.000,00, tendo questionado se esta é uma forma subtil de desistir de um projecto que está pronto a ser colocado em prática.

Referiu que a requalificação da antiga escola EB2/3 tem projecto aprovado com acesso a fundos comunitários num montante superior a 1.000.000,00, tendo constatado que a verba prevista em Orçamento é de apenas 10.000,00, tendo questionado se também é uma forma subtil de desistirem desse financiamento a fundo perdido, ou se há outra intenção que lhe está a escapar.

Sobre o Mapa de Pessoal, disse que o documento já foi esmiuçado pelo membro Paulo Teixeira.

O membro Carlos Trindade (GMPSD) usou a palavra para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara quantos terrenos é que a Câmara Municipal adquiriu até à data para a construção da Zona Industrial da Cruz da Carreira; o projecto está, ou não está, concluído?

Perguntou qual é o valor da verba a transferir para as Juntas de Freguesia?

Disse que foi uma das bandeiras da campanha do PSD aumentar as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia.

Concluiu, perguntando quantos projectos é que estão concluídos e prontos a serem executados no âmbito da “ELH – Estratégia Local de Habitação”.

O membro Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer ao membro Jorge Quintas que ficou um pouco confusa, porque disse que ela e o Sr. Presidente da Câmara criticavam os Orçamentos anteriores, e bem, mas que se bem se lembra, os membros do “MPM – Mudar para Melhor – Vitor Quintas” que eram do PS, votaram todos esses Orçamentos a favor. Disse que



Fls. \_\_\_\_\_

relativamente aos Orçamentos empolados, que é consensual, que assumem que os doze Orçamentos anteriores eram empolados?

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se relativamente ao Mapa de Pessoal se mantém o mesmo número de funcionários relativamente ao ano de 2021; a que se deve o aumento dos custos com pessoal; se nas rubricas de estudos, pareceres, projectos e consultadoria, e outras receitas, o valor previsto para 2022 é superior ou inferior ao de 2021; se este é o Orçamento que queria apresentar; que pontos condicionaram a elaboração do Orçamento?

Concluiu, agradecendo ao Sr. Presidente da Câmara em nome do PSD, ter incluído o projecto “Jovem Autarca” e o projecto “Orçamento Participativo”. O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que o IRS é pago por quem mais recebe, sendo justo repartir a sua colecta no âmbito da acção social, por quem ganha menos.

Relativamente aos orçamentos empolados, disse que o Orçamento de 2021 era do montante de 20.891.235,80, e que o de 2022 é de 21.776.648,94, ou seja, há uma diferença de 880.000,00, sendo que o valor de 1.500.000,00 diz respeito à “ELH – Estratégia Local de Habitação” (500.000,00 para aquisição de terrenos; 250.000,00 para construção; 500.000,00 para aquisição; 150.000,00 para o loteamento das Meirinhas; 100.000,00 para o loteamento “Póvoa II”), que não estava previsto no Orçamento de 2021, a que acresce o montante de 1.500.000,00 da transferência de competências e 200.000,00 referentes ao aluguer das instalações para as empresas afectadas pelo incêndio no “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” (entrada e saída) o que totaliza 3.200.000,00. Disse que sem este montante de 3.000.000,00, o Orçamento para o ano de 2022 seria de 18.300.000,00, tendo a certeza que 15.000.000,00 serão executáveis.

Deu como limitações à elaboração do Orçamento os compromissos assumidos no montante de 1.700.000,00, a saber: 82.048,00 da “Loja do Cidadão”; EB1 de Oliveira do Arda, 100.800,00; cemitério de Sobrado, 350.000,00; regeneração urbana, 285.374,00; Ponte das Travessas, 34.144,00; parque do Choupal, 31.086,00; projecto PPI Juntas de Freguesia, 185.000,00; projecto 105 PPI, 360.000,00; Ponte Centenária de Pedorido, 103.500,00; rotunda do



Côto, 70.000,00; Cavalete do Fojo, 127.212,00. Disse que a esses montantes soma-se o valor transitado na rubrica estudos, pareceres, projectos e consultadoria, no montante de 260.000,00.

Garantiu que não haverá contratação de empréstimos de médio e longo prazo durante o próximo ano.

Salientou o aumento em cerca de 40.000,00 das transferências para as Juntas de Freguesia.

Sobre a “Bienal da Cultura”, disse que espera garantir financiamento para a realização da peça de teatro que está prevista em parceria com o “Teatro do Bolhão”, esperando realizar a bienal em 2023.

Deu nota que em relação à requalificação da antiga escola EB2/3, que a obra não poderá ser realizada devido a uma falha no alvará apresentado pela empresa aquando do concurso (falha deveria ter sido detectada), sendo que a indemnização a pagar ao empreiteiro será apenas respeitante aos custos que teve para concorrer ao procedimento. Disse que a obra é para concretizar (terá de o ser até Julho de 2023), sendo necessário reformular o projecto, porque é inadmissível que não preveja contentores para que os alunos tenham aulas enquanto decorrem as obras; dotar as salas de aulas de novas tecnologias para a aprendizagem dos alunos. Informou que há financiamento assegurado, tendo-se conseguido obter um reforço desse financiamento para um total de 1.500.000,00.

Confirmou que o Centro de Artes e Espetáculos tem uma dotação baixa, porque ainda terá de se fazer o projecto.

Deu nota que o projecto da Zona Industrial da Cruz da Carreira está feito, mas que a Câmara Municipal só possui um terreno dos 80.000 metros necessários. Disse que tem de se identificar os proprietários, notifica-los e iniciar o processo negocial.

Esclareceu que as vendas previstas no montante de 1.300.000,00 se referem à cobrança da tarifa da água e de saneamento, lixo, etc.

Sobre a recolha do lixo, explicou que está previsto o montante de 160.000,00 para 2022 e 390.000,00 para 2023, porque sempre disse que queria imprimir uma visão empresarial para o Município, pelo que não pode colocar de parte



Fls. \_\_\_\_\_

nenhuma possibilidade no que concerne à recolha do lixo. Disse que o executivo municipal está a analisar o que pode ser mais benéfico, referindo que dos estudos que lhe foram apresentados será mais vantajoso que a recolha do lixo continue na esfera do Município, sendo para tal necessário adquirir equipamentos que permitam aos trabalhadores municipais realizarem o seu trabalho sem dificuldades.

Enfatizou o tratamento equitativo que pretende manter com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, em prol do desenvolvimento do concelho.

Confirmou que reduziu o número de obras inscritas no PPI a realizar nas freguesias, porque entendeu juntamente com os Senhores Presidentes de Junta que não vale a pena ter sessenta obras inscritas, se essas obras transitam constantemente no Orçamento ao longo dos anos. Disse que pediu aos Senhores Presidentes de Junta que seleccionassem três ou quatro obras que achassem ser de maior importância em cada uma das freguesias para que sejam efectivamente executadas em 2022.

Sobre a “ELH – Estratégia Local de Habitação”, esclareceu que de momento não há nenhum projecto concluído. Disse que há um projecto, uma maquete, que não cumpre as áreas máximas por tipologia, pelo que, terá de ser rectificado para aí sim, colocar a obra no terreno. Informou que já teve duas reuniões com os Senhores Presidentes de Junta e com as equipas de arquitectura para acelerar o processo, estando também a encetar contactos com proprietários para começar já em 2022 a adquirir alguns terrenos para posterior elaboração de projectos, construção, e colocação das casas à disposição da população.

Lembrou que ainda no âmbito da “ELH – Estratégia Local de Habitação”, há casas nos bairros sociais para requalificar, esperando que na globalidade do montante de 1.500.000,00 previstos para 2022, seja até necessário reforçar essa verba para que este importante projecto seja concretizado.

Explicou que relativamente à rubrica de pareceres, projectos e consultadoria, há uma redução de cerca de 80.000,00 relativamente a 2021, contando com o montante de 260.000,00 a transitar para 2022.



Explicou também que na rubrica outras receitas, há também uma redução de cerca de 700.000,00.

Concluiu, referindo que este é o Orçamento possível em um mês e vinte e quatro dias, com 3.200.000,00 de compromissos já assumidos, não deixando de ser um bom Orçamento dentro das limitações referidas, e que logo se verá a execução em sede de prestação de contas.

De seguida, passou-se à apreciação do Mapa de Pessoal e do “PAR – Plano Anual de Recrutamento”.

A Vereadora Liliana Vieira usou da palavra para dar nota que as necessidades de recrutamento foram identificadas pelos serviços municipais, a saber: sete postos de trabalho para técnicos superiores (um de Engenharia Civil, um Arquitectura, um de Engenharia Electrotécnica, um na área de Psicologia, um Jurista, um na área do Turismo, um na área da Contabilidade); 29 assistentes operacionais (sete auxiliares de acção educativa, três auxiliares de serviços gerais, quatro calceteiros, três cantoneiros de limpeza, um electricista, um motorista de pesados, cinco pedreiros, dois auxiliares de serviços gerais (DOMA), um serralheiro e dois canalizadores).

Informou que relativamente ao Mapa de Pessoal para 2022, suprimindo alguns lugares não ocupados que no entender do executivo municipal não eram uma prioridade, mantém o mesmo número de lugares ocupados, ou seja, 157 lugares ocupados. Disse que com as necessidades reportadas pelos serviços, cuja contratação na sua totalidade lhe parece difícil de concretizar em função da ainda não aprovação do Orçamento de Estado para 2022, o que significa que os procedimentos de contratação só poderão ter início em Junho/Julho do próximo ano, no máximo, o Mapa de Pessoal para 2022 poderá ficar com 226 lugares ocupados.

Salientou que as necessidades reportadas pelos serviços poderão não ser totalmente concretizadas em 2022, porque também está em curso a descentralização de competências nos Municípios na área da educação, da saúde e da acção social, e ainda não tem a informação exacta de quantos elementos dessas áreas vão transitar para o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, pelo



Fls. \_\_\_\_\_

que só depois disso é que se vai analisar a necessidade de recrutar, ou não, as pessoas para as necessidades identificadas.

Referindo-se à intervenção do membro Paulo Teixeira, respondeu que relativamente ao técnico superior para Engenharia Civil, que efectivamente a Câmara Municipal tem três Engenheiros Cíveis, mas só dois é que estão a exercer funções, apesar de um deles estar a aguardar a aposentação, porque o outro está a desempenhar funções de Chefe de Divisão da “DPUH – Divisão de Planeamento, Urbanismo e Habitação”, daí a necessidade reportada pelos serviços para o acompanhamento dos projectos desenvolvidos pela Câmara Municipal.

Informou que a Câmara Municipal possui um assistente técnico da área de Turismo que actualmente não está a exercer a função, e tendo em consideração a estratégia que o executivo municipal quer implementar para esta área, é necessário um técnico superior de Turismo.

Em relação aos auxiliares de acção educativa, explicou que a Dgeste reportou que o Município tem um deficit destes trabalhadores face às necessidades na área da educação. Disse que o Município tem vindo a socorrer-se dos contratos “CEI”; ainda não sabe o que vai ocorrer no ano 2022/2023, sendo que, o objectivo do executivo municipal não é o de encerrar escolas, pelo contrário, pelo que já tiveram reuniões com os Agrupamentos de Escolas para reavaliar a estratégia do Município na área da educação. Assim sendo, disse, e em função dos trabalhadores que serão afectos ao nosso Mapa de Pessoal no âmbito da descentralização de competências na área da educação, vai tentar perceber se o saldo é ou não suficiente, ou se tem de se socorrer da contratação.

Deu nota que o executivo municipal está a desenvolver uma estratégia para a Biblioteca Municipal, porque não há uma bibliotecária afectada àquele equipamento, tendo confirmado que o Município estava em falta perante a Rede de Bibliotecas da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” e com a rede escolar de bibliotecas, estando já a trabalhar nestas áreas. Disse que no Mapa de Pessoal está previsto um lugar não ocupado para uma bibliotecária, é uma necessidade que está identificada que não está



elencada nas necessidades reportadas pelos serviços municipais, mas que poderá ser colmatada se assim for necessário com a abertura de concurso.

Relativamente à área de Psicologia, explicou que há um processo em curso em tribunal interposto por uma Psicóloga que actualmente é prestadora de serviços na Câmara Municipal. Informou que há uma Psicóloga afecta à Câmara Municipal até ao final do ano no âmbito do “PIICIE – Plano integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar”, sendo que, tem havido muitos pedidos de colaboração por parte dos Agrupamentos de Escolas nesta área, daí a necessidade de se proceder à contratação de um Psicólogo que, mesmo assim, não é suficiente.

Quanto ao técnico superior de contabilidade, esclareceu que o executivo municipal pretende implementar a contabilidade analítica na Câmara Municipal. Disse que apesar de um economista também poder desempenhar essas funções, mediante aquilo que será a avaliação do executivo municipal para aquilo que pretende para a área financeira, irão avaliar aquilo que será melhor para suprir essa necessidade.

De seguida, entrou-se no período de intervenções finais.

O membro Paulo Teixeira (UCPT) fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“- Considerando que este orçamento foi elaborado pouco mais de 50 dias após este executivo ter tomado posse;

Considerando que, por isso, houve muito pouco tempo para o preparar:

Considerando que, por aquilo que já presenciei, existem muitos dossiers, em diversas áreas, que são desconhecidos do executivo em permanência;

Considerando que face aquilo que foi referido na penúltima reunião de câmara, o orçamento apesar de ultrapassar os 21 milhões, é um orçamento muito próximo dos 18 milhões;

Considerando que, em Março próximo, a transferência de competências do governo para as autarquias poderá fazer mudar e muito algumas das rubricas do actual orçamento;

Considerando que este é o primeiro orçamento que o Executivo saído vencedor das eleições de Setembro último apresenta;



Fls. \_\_\_\_\_

O nosso voto vai pela abstenção, não impedindo isso de ao longo do ano termos um acompanhamento mais rigoroso deste instrumento de planeamento.”

O membro Rocha Pereira (GMPS) usou da palavra para dizer que muitas foram as expectativas criadas em torno do primeiro Orçamento, GOP's, Mapa de Pessoal e “PAR – Plano Anual de Recrutamento” para o ano de 2022, expectativas normais pelo facto de haver um executivo novo, mas também pelo facto do PSD ter apresentado o seu Orçamento depois de doze anos de gestão do PS.

Sobre a escassez de tempo para a elaboração do documento, disse que o Sr. Presidente da Câmara sabia ao que ia, porque ao longo de quatro anos, enquanto Vereador na oposição, tomou consciência e conhecimento das virtualidades e das fraquezas do Município, tanto que o “slogan” que foi apresentado aos Paivenses foi muito inequívoco: mudar Castelo de Paiva.

Disse que os documentos trazem muita desilusão, muita matéria “abordada pela rama” e vários alçapões: o PSD criticava os anteriores orçamentos porque tinham um valor global alto, conforme decorre das respectivas declarações de voto, mas que logo na primeira oportunidade o PSD aumentou o Orçamento para 20.000.000,00; sempre houve críticas relativamente ao valor das despesas correntes, sendo que neste Orçamento há um aumento dessas despesas em cerca de 1.000.000,00; sempre houve críticas, com ou sem fundamento, em relação às despesas com pessoal, porque eram altas, e agora a explicação que ouviu da Vereadora Liliana Vieira é ainda mais preocupante, dado que, reconhece-se no “PAR – Plano Anual de Recrutamentos” que estão ali 36 lugares (sete de técnicos superiores e 29 de assistentes operacionais) que decorre da informação dos serviços municipais, e dizer-se que não há aumento de despesas com pessoal. Disse que têm muita dificuldade em compreender esta dinâmica, porque a porta ao aumento de funcionários foi aberta de forma clara, pelo que os Paivenses não se devem surpreender com novas promoções e novos recrutamentos de funcionários.

Salientou o facto de na rubrica “Feiras e Certames” haver um aumento substancial de valor, tendo perguntado se isso tem algo a ver ...



O Sr. Presidente da AM interrompeu a intervenção do membro Rocha Pereira, dizendo que este não era o período para perguntas e respostas.

O membro Rocha Pereira (GMPS) respondeu que tinha pena que o Sr. Presidente da AM não tenha tido igual postura em relação a outras pessoas que intervieram antes de si.

O Sr. Presidente da AM respondeu que não lhe admitia a deselegância.

Disse que estabeleceram no início da AM que havia uma fase para perguntas e respostas na qual o Sr. Presidente da Câmara iria responder, e de seguida haveria as intervenções finais. Referiu que o membro Rocha Pereira está a fazer questões, pelo que é nesse sentido que o alertou, que o conteúdo era desadequado, e não sobre o tempo, e que tinha tido igual postura numa intervenção anterior do membro Paulo Teixeira.

O membro Rocha Pereira (GMPS) retomou a sua intervenção para dizer que não foi desrespeitoso.

Perguntou se o montante que está afecto às “Feiras e Mercados” tem alguma coisa a ver com a missão empresarial ao estrangeiro constante do programa do PSD?

Disse que ficou muito surpreendido com a explicação que foi dada relativamente aos Orçamentos empolados. Referiu que é impossível gerir o Município com Orçamentos de 10/12.000.000,00, mas que ficou convicto de que o Sr. Presidente da Câmara estava a lamentar-se pelo facto de ter empolado o Orçamento, uma vez que a explicação que foi dada foi no sentido de ir receber uma verba significativa para a “Estratégia Local de Habitação”, dizendo que entendia que isso é bom, é positivo, permite dar uma resposta ao problema da habitação (bem dito o Orçamento empolado). O mesmo, disse, em relação à transferência de competências que são um desafio para o poder local, mas que também têm de ser encaradas como positivas para a autarquia. Salientou que não deixou de pensar numa coisa: coitado do Presidente Gonçalo Rocha, quando há doze anos assumiu uma Câmara Municipal desastrosa do ponto de vista da gestão financeira, e não teve medo, ao contrário do Sr. Presidente da Câmara que parece que tem receio, que fala das coisas pela rama, o que o surpreende de forma negativa.



Fls. \_\_\_\_\_

Disse que deve existir respeito e sentido de pluralidade dentro das candidaturas, e que o PS vai demonstra-lo: o partido concedeu total liberdade de acção quanto ao sentido de voto dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Referiu que em função de um conjunto de factores que não ia repetir, apesar de lamentar não ter havido mais abertura para acolher mais propostas dos Vereadores José Manuel Carvalho e António Rodrigues, apesar de ter havido algumas propostas que foram aceites, mas que o Orçamento teria ficado muito mais reforçado do que é, porque quem diz que quer mudar Castelo de Paiva não o vai fazer com este Orçamento, é impossível, este orçamento é um retrocesso. Disse que fazer um Orçamento é muito mais do que debitar números para uma folha de papel, do que confrontar números da receita e da despesa para que no final batam certo: o Orçamento deveria traduzir as opções apresentadas por quem efectivamente lidera o executivo, distinguindo o que é essencial do que é acessório, sendo que este Orçamento os deixa sem resposta em relação ao que é a marca deste executivo municipal.

Salientou que é inexplicável que na saúde não esteja nada previsto para cativar os médicos para o nosso concelho.

Questionou quais são as prioridades deste Orçamento, quais os pilares em que assenta.

Disse que não vai ser o PS, enquanto partido responsável, a inviabilizar os documentos, mas que há um conjunto de questões e de alertas que devem ser clarificadas, como é o caso da requalificação da escola EB2/3 em que ainda é possível reverter a situação, de modo a que nem um tostão seja perdido pelo concelho; na habitação; nas infraestruturas.

Referiu que fica desapontado que um sector como o turismo não pareça ser um sector estruturante.

Concluiu, referindo que o PS irá viabilizar o Orçamento e vai acompanhá-lo, desejando que tenha um nível de execução superior aos anteriores.

O Sr. Presidente da AM referiu que para que conste a intervenção do membro Rocha Pereira teve a duração de 17 minutos.



O membro Carlos Trindade (GMPD) usou da palavra para dizer que o primeiro Orçamento do mandato do PSD para 2021/2025, certamente que não é o Orçamento que o executivo municipal queria apresentar, não se podendo esquecer que o documento está condicionado por vários factores: o pouco tempo disponível para o apresentar (1 mês e 24 dias). Disse que em 2009, o PS apresentou o seu Orçamento em Abril de 2010, ou seja, seis meses depois da sua tomada de posse, tendo-se o membro Rocha Pereira (CDS/PP) queixado à data por ter estado quatro meses à espera por um Orçamento tão fraco (falta de lisura intelectual).

Referiu que relativamente à intervenção do membro Rocha Pereira quanto ao excedente do Mapa de Pessoal, lembrava que quando o PSD era executivo, e na oposição estava o Dr. Gonçalo Rocha e o PS, estes diziam que havia um excedente de técnicos superiores na Câmara Municipal, mas após 2009 contrataram mais técnicos superiores (aqui se vê a lisura intelectual). Disse que ainda em 2009, o discurso do membro Rocha Pereira a esse propósito era ainda bem diferente no que diz respeito ao Mapa de Pessoal.

Deu nota que o Orçamento é também condicionado por opções do executivo anterior, onde a despesa que transita para 2022 totaliza o montante de 1.700.000,00 com o compromisso de obras já assumidas, mais o montante de 260.000,00 em “estudos, pareceres, projectos e consultadoria”; condicionado pela inexistência de novos projectos que possam ser executados pelo novo executivo e apresentados em sede de Orçamento.

Salientou que este é ainda um Orçamento no valor de 21.766.648,94, mas integra 1.500.000,00 da “ELH – Estratégia Local de Habitação”; 1.500.000,00 para a transferência de competências no Município. Disse que este montante é financiado a 100%, mas são 3.000.000,00 que entram no Orçamento, ao contrário do de 2021.

Referiu que quando dizem que é um Orçamento sem rasgo, recordou que até para alguém que apresentou doze Orçamentos iguais, falar em falta de rasgo é no mínimo caricato.



Fls. \_\_\_\_\_

Deu ênfase à redução em 600.000,00 na rubrica “outras receitas”; ao montante de cerca de 600.000,00 previsto na rubrica “estudos, pareceres, projectos e consultadoria”, sendo que 260.000,00 correspondem a compromissos já assumidos, e que desta rubrica saem os honorários pagos a advogados, despesa com tendência a aumentar; que o PSD não quer que o executivo municipal seja adjectivado do executivo das “festas e festinhas, como outros o foram, pelo que têm de comparar o comparado com o comparável: em 2019, ano sem covid-19, na rubrica “Feiras e Certames” estava previsto o montante de 116.000,00, e para 2022 está previsto o montante de 76.000,00, e por isso, quando dizem que o PSD tem duas caras, disse que duas caras é andarem quatro anos, mais oito, a votar Orçamentos a favor para depois dizer que afinal o PSD não percebe nada disto e faz tudo mal.

Deu os parabéns ao executivo municipal por deixar de andar com obras que se arrastam á décadas no PPI e no PAM sem nunca saírem do papel; por terminar com as listas infindáveis de obras nas Juntas de Freguesia que se repetiam anualmente sem serem executadas; por manter as medidas de âmbito social, reforçadas com novos projectos; por incluir projectos que o PSD sempre defendeu como o “Jovem Autarca” e o “Orçamento Participativo”; por cumprir e aumentar em 40.000,00 as transferências para as Juntas de Freguesia.

Concluiu, referindo que “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, daí que é o entendimento do PSD que o executivo municipal merece a aprovação do Orçamento.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que é muito fácil falar em falta de garra nestes assuntos, quando existiram as limitações que referiu na elaboração do Orçamento.

Salientou que comparar as “Feiras e Certames” para 2022 com o ano de 2021, ano de pandemia, não faz qualquer sentido, tendo reiterado a comparação feita pelo membro Carlos Trindade a este propósito.

Informou que em relação à saúde, está a trabalhar com a “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte” e com o “ACES – Agrupamento de



Centros de Saúde do Vale do Sousa/Tâmega Sul” para o alargamento do horário de funcionamento da “USF – Unidade de Saúde Familiar de Castelo de Paiva” e do Posto de saúde de Oliveira do Arda, porque é inconcebível que um Paivense não possa ter um problema de saúde após as 20:00. Disse que deixou-se fechar mesmo existindo Protocolos e acordos, o que é inadmissível, sendo agora difícil reverter a situação, apesar de ser esse o seu foco.

Referiu que falar numa rubrica que tinha uma dotação de 100,00 para cativar médicos para o concelho é desconhecer o Orçamento que votou no ano passado, defendendo que não são 100,00 que atraem médicos para Castelo de Paiva, mas sim, medidas concretas de apoio no âmbito dos territórios de baixa densidade. Aliás, disse, um dos seus propósitos é lutar para que todo o território do concelho seja classificado de baixa densidade, para que possa beneficiar das medidas de apoio às empresas, da majoração de fundos comunitários.

Deu nota que em relação aos grandes projectos, como o membro Rocha Pereira sabe, para que se possa concorrer a fundos comunitários a Câmara Municipal tem de ter os projectos feitos, o que não acontece. Disse que o único projecto que existe é para a construção da zona industrial da Cruz da Carreira, mas a Câmara Municipal não tem os terrenos, pelo que, se o Município tiver de partir para a expropriação com todo o tempo que o processo demora, poderão não conseguir concluir a obra dentro do prazo.

Realçou que sem estas limitações o executivo em permanência estará em condições de apresentar um Orçamento muito melhor no próximo ano.

Garantiu que não vai andar quatro anos a falar do executivo anterior: houve quem andasse a falar doze anos de uma dívida, e actualmente não há saneamento; não existem as sessenta obras que estiveram inscritas nas GOP's durante doze anos; a zona industrial da Cruz da Carreira não existe; como também não existe o Centro Museológico nem o Centro de Artes e Espectáculos. Concluiu, referindo que colocou no Orçamento aquilo que o executivo em permanência será capaz de efectivamente executar, porque isto é que é ser transparente.

#### **10.1. Deliberação Orçamento 2022.**



**Deliberação:** Apreciado e aprovado por maioria, com 14 abstenções (8 GMPS, 4 do GMMPM e 2 do UCPT) e 13 votos a favor (11 do GMPD e 2 do GMPS) o Orçamento para 2022.

**10.2. Deliberação GOP 2022.**

**Deliberação:** Apreciadas e aprovadas por maioria, com 14 abstenções (8 GMPS, 4 do GMMPM e 2 do UCPT) e 13 votos a favor (11 do GMPD e 2 do GMPS) as GOP para 2022.

**10.3. Deliberação Plano Anual de Recrutamento e Mapa de Pessoal para 2022.**

**Deliberação:** Apreciados e aprovados por maioria, com 14 abstenções (8 GMPS, 4 do GMMPM e 2 do UCPT) e 13 votos a favor (11 do GMPD e 2 do GMPS) o Plano Anual de Recrutamento e Mapa de Pessoal para 2022.

**11. Apreciação dos Compromissos Plurianuais – 2.º e 3.º Trimestre de 2021.**

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento

**12. Apreciação e deliberação do Relatório de Execução Orçamental – 2.º Trimestre de 2021.**

Presente o relatório em título para apreciação e deliberação.

**Deliberação:** Apreciado e aprovado por unanimidade o Relatório de Execução Orçamental – 2.º Trimestre de 2021.

**13. Apreciação de proposta de atribuição de Suplemento de Penosidade e Insalubridade.**

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente acta.

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

**14. Apreciação e deliberação sobre Regimento da Assembleia Municipal.**

**Deliberação:** Retirado da OT.

**15. Eleição dos representantes da AM na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.**

Foram apresentadas as seguintes listas:

- Lista A: GMPD



- Lista B: GMPS
- Lista C: GMMPM

Da votação, por escrutínio secreto, resultou que a Lista A obteve 8 votos, a Lista B obteve 9 votos, e a Lista C obteve 4 votos, não se tendo registado votos nulos ou em branco.

**Deliberação:** Eleitos para representantes da AM na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, os seguintes membros:

Efetivos: Manuel Mendes (GMPS), Almiro Moreira (GMPD), José Vieira Gonçalves (GMPS) e Jorge Quintas (GMMPM).

Suplentes: Fátima Strecht (GMPS), Pedro Maldonado (GMPD), Giselda Neves (GMPS) e João Vieira (GMMPM).

***16. Eleição dos representantes - Equipa para a Igualdade da Vida Local.***

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para explicar aquilo que foi decidido da reunião da Conferência de Lideres, ou seja, que o Protocolo de suporte para a eleição destes representantes diz que a Assembleia Municipal pode ter até quatro membros na equipa, sendo que um deles tem de ser obrigatoriamente um Presidente de Junta de Freguesia. Disse que na reunião da Conferência de Lideres ficou determinado que iriam propor à Assembleia Municipal que fossem quatro os membros que fariam parte da equipa, um de cada grupo de cidadãos e partido político, tendo colocado esta proposta à consideração da AM. Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

De seguida, solicitou aos Grupos Municipais e aos membros do UCPT que lhe apresentassem um nome, sendo certo que terá havido um acordo prévio para que um deles seja Presidente de Junta de Freguesia, porque foi isso que ficou combinado na Conferência de Lideres.

O membro Manel Mendes (GMPS) usou na palavra para dizer que relativamente à reunião da Conferência de Lideres, que o Sr. Presidente deve assumir o papel de Presidente da AM e não de líder do GMPD.



Fls. \_\_\_\_\_

Disse que no final da reunião o Sr. Presidente da AM apresentou como representante do GMPSD o nome de uma pessoa, e virou-se para o representante do movimento independente liderado pelo Dr. Paulo Teixeira, indicando que naturalmente o grupo iria apresentar um nome, e que relativamente ao GMPS e ao “MPM – Mudar para Melhor – Vitor Quintas”, caber-lhes-ia decidir entre si quem iria apresentar um Presidente de Junta ou um membro não Presidente de Junta de Freguesia.

Referiu que no entendimento do GMPS, neste tipo de reuniões o Sr. Presidente da AM deve despir o papel de eleito pelo GM, e ser efectivamente o mediador da reunião, e tendo em consideração que aquelas reuniões não são gravadas, vai ser a sua palavra contra a palavra do Sr. Presidente da AM.

Informou que o GMPS indicava o membro Giselda Neves, porque encaixa perfeitamente nos requisitos necessários para o cargo.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que lamentava profundamente o conteúdo da intervenção do membro Manuel Mendes, primeiro, porque tiveram uma Conferência de Lideres na qual, como Presidente da AM e da Conferência, propôs que fossem quatro membros, um de cada GM, o que foi aceite por todos; segundo, propôs que para que a Mesa também estivesse representada, e com o acordo prévio do líder do GM, o PSD iria indicar um membro da Mesa. Disse que como nenhum membro da Mesa é Presidente de Junta, como o “UCPT – Um Concelho para Todos” não tem Presidentes de Junta, o que foi combinado, conforme está minuta da acta que os intervenientes aprovaram, o GMPS e o GMMPM se entenderiam quanto à escolha do Presidente de Junta de Freguesia.

Lamentou profundamente que desde o dia 22 de Dezembro (reunião da Conferência de Lideres) até hoje, se não chegaram a um entendimento, que pelo menos tivessem reportado à Mesa, pelo que é com muita estupefacção que constata que não tendo cumprido com o que votaram e está aprovado, não tenham comunicado à Mesa que não chegaram a acordo.

Salientou que se há uma falha não é certamente do Presidente da AM nem do Presidente da Conferência de Lideres, mas sim dos grupos que acordaram uma coisa e depois, não conseguindo acordar, não o comunicaram à Mesa.



O membro Jorge Quintas (GMMPM) usou da palavra para dizer que o que o Sr. Presidente da AM tinha acabado de dizer era verdade, e que ele não lamentasse, porque não seria por si que não se chegaria a um entendimento. Disse que ficaram de falar um com o outro, tendo-lhe o membro Manuel Mendes telefonado na manhã de hoje e dito que impunha o membro Giselda Neves, porque encaixava no perfil, tendo um problema, porque o Presidente de Junta do GMMPM não está muito disponível para este cargo.

Salientou que a negociação com o membro Manuel Mendes passava por ser só a sua vontade, não tendo discutido mais o assunto, tendo pedido desculpa por não ter informado a Mesa, reiterando que não vai ser pelo GMMPM que vão perder tempo, pelo que o Sr. Presidente da Junta de Real, Carlos Rocha, vai aceitar o cargo, tendo-o indicado para constituir a equipa.

O membro Carlos Trindade (GMPD) usou da palavra para dizer que no PSD ninguém usurpa funções, o que faz, algo que todos os partidos deveriam fazer, é preparar todas as reuniões. Disse que se o PS não preparou a reunião da Conferência de Lideres o problema não é do PSD.

O membro Fátima Strecht (GMPS) usou da palavra para dizer que pensa que as reuniões da Conferência de Lideres já começaram mal desde o início, porque as coisas não são cumpridas conforme o previamente estabelecido.

Disse que para a primeira reunião da Conferência de Lideres o membro Manuel Mendes não pôde ir, tendo-lhe pedido para o substituir, o que fez, tendo referido ter-lhe parecido que nessa primeira reunião houve uma certa interferência da Mesa na liderança da bancada. Referiu que também foram estabelecidos os lugares que ocupariam na Assembleia Municipal (não falou para não causar mau ambiente), e que aquilo que ficou estipulado (passado uns dias o membro Jorge Quintas lembrou-se que não tinha estado atento), para sua estupefação, não tinha sido cumprido quanto à ocupação dos lugares na AM, pelo que desde o início que tem havido incumprimentos não só da parte do PS.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que pedia desculpa se foi de alguma forma incorrecto, mas que não tinha responsabilidade nenhuma sobre o que cada líder comunica, ou não, aos seus membros.



Fls. \_\_\_\_\_

Disse que na última reunião da Conferência de Lideres, o membro Manuel Mendes esteve presente e não o deixará mentir, foi deliberada a disposição de lugares que hoje está a ser cumprida, tendo também referido que tendo em consideração que da primeira deliberação houve um mal-entendido que o membro Jorge Quintas disse ter existido daquilo que foi a sua interpretação da distribuição dos lugares, e ter, por sua iniciativa, porque entendeu não ser necessário convocar outra reunião para o efeito, colocado a votação por e-mail, o membro Jorge Quintas manifestou-lhe o seu desconforto por essa forma de votação, tendo ambos acordado que na reunião da Conferência de Lideres seguinte esclareciam a situação em definitivo, que foi o que fizeram, tendo a proposta final sido aprovada por unanimidade. Não é sua responsabilidade, disse, se os membros só hoje é que tiveram conhecimento.

Referiu que o líder do GMPD esteve presente em todas as reuniões e, que saiba, nunca lhe foi tirada nenhuma competência, sendo claro que assuntos que dizem respeito à Mesa e que também interferem com o PSD, não devem estranhar que sejam partilhados por eles, conforme os GM também partilham com os seus membros.

Salientou que para além de Presidente da AM também faz parte do GMPD, pelo que quando há reuniões do GMPD também participa nelas e dá as suas opiniões que podem repercutir-se nas reuniões da Conferência de Lideres, mais nada.

De seguida, solicitou aos membros do UCPT que indicassem o seu membro para constituir a equipa, tendo aquele movimento de cidadãos indicado o membro Paulo Teixeira.

**Deliberação:** Designados para representantes da AM na Equipa para a Igualdade da Vida Local, os membros Ana Rocha (GMPD), Giselda Neves (GMPS), Carlos Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Real (GMMPM), e Paulo Teixeira (UCPT).

**17. Apreciação e deliberação de recomendação à CM - Parque das Tílias e espaços adjacentes.**



Fls. 33

A Mesa recebeu um pedido oral, do membro e proponente da introdução do ponto, José António Rocha (GMPS), para que o ponto fosse retirado da ordem de trabalhos.

**Deliberação:** Retirado da OT.

**Período de Intervenção do Público**

**19. Intervenção do Público.**

Não houve intervenções.

A sessão foi encerrada às 00:50 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no n.º.3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente,

O 1º. Secretário,

A 2ª. Secretária,

